



Economia - Brasil

## Um aperitivo do plano B

As propostas de mudança da política econômica ainda precisam ser melhor fundamentadas. Por **Edward Amadeo**

O desenvolvimentismo é o "ismo" que congrega todos os críticos da política econômica de Lula e FHC. Deve ser levado a sério, pois aí deve estar a gênese do "Plano B". Pelo que se lê e ouve, há na verdade uma gama de opções desse cunho, que vão desde uma visão ingênua quanto aos riscos do cavalo-de-pau até visões muito moderadas que fazem contatos com uma agenda mais liberal.

Os matizes do desenvolvimentismo são essencialmente três. Primeiro, que a expansão da demanda agregada é capaz, ela própria, de criar as condições de crescimento econômico. Segundo, que as políticas monetária e cambial devem ser mais agressivas para impulsionar a demanda e as exportações. E terceiro, que a política industrial é necessária para melhorar o perfil de nossas exportações.

Juros mais baixos dariam impulso ao mercado doméstico. Já o piso para o câmbio é um sinal de compromisso do governo com o crescimento das exportações. A partir daí, o crescimento da demanda teria o efeito de incentivar os investimentos, com ênfase em "tradables", e a economia passaria a rodar mais rápido.

Na sua versão mais radical, o desenvolvimentismo postula, ainda, afrouxamento da meta fiscal (dos atuais 4,25% do PIB para algo como 3% a 3,5%) de forma a viabilizar investimentos públicos, gastos sociais e de dinamizar o mercado doméstico. Nessa linha, não só o crescimento das exportações é importante, mas manter crescentes saldos comerciais também, pois esse seria o escudo protetor contra crises externas.

Na versão moderada o objetivo não é necessariamente aumentar o saldo comercial, mas sim aumentar o grau de "contato" entre a economia doméstica e a economia internacional, de modo a promover ganhos de escala e "catching-up" tecnológico via aumento do comércio e da corrente de investimentos. Essa idéia está muito clara nos relatórios da Unctad, um centro das Nações Unidas de forte conteúdo desenvolvimentista.

A principal diferença entre as correntes radical e moderada está na política fiscal. Na primeira, o superávit deve cair. Na segunda, deve aumentar não só via redução de despesas como também usando o aumento da arrecadação a favor do superávit. Essa diferença é fun-

damental na medida em que mostra a preocupação da versão moderada com a geração de poupança doméstica, e portanto com a capacidade de reação da oferta que legitime o crescimento da demanda, em substituição aos limites da poupança externa. Mostra também o descaso da versão radical com noções básicas de equilíbrio macroeconômico.

Quanto à política industrial, a idéia é lidar com os estragos da abertura da economia e da apreciação dos anos 1995/98, que produziram desindustrialização e uma pauta de exportações muito carregada em commodities com baixa elasticidade-renda e elevada volatilidade de preços, o que aumenta a vulnerabilidade externa. A política industrial viria a dar à economia um perfil mais "manufatureiro", de preferência com ênfase em setores "dinâmicos" com elevada demanda nos países ricos.

Em doses homeopáticas, a proposta moderada se aproxima da

### Até que ponto a abertura da economia não ajuda a explicar a capacidade de exportação da economia brasileira?

agenda liberal. Mas ninguém diz que quer mudar a política econômica para introduzir nuances. Se é para mudar, é para mudar: quem sabe sustentar o câmbio a R\$ 3,50 e reduzir a Selic a 12%.

A favor dos moderados: há um aumento do superávit primário que mitiga os riscos de "overshooting" da taxa de câmbio e juros futuros associados a esse vetor de câmbio e juros. Mas estaríamos falando de aumentar o primário para 6% do PIB ou mais, e o centro político do governo deveria ser convencido disso, se é que há margem de manobra no Orçamento para tanto.

Caso contrário, ao sustentar o câmbio e reduzir os juros, o Banco Central estaria provocando um aumento da expectativa de inflação, digamos dos atuais 5% para 10% em 2005. O mais provável é que os juros futuros aumentem em decorrência, abortando o desejado aumento da demanda. A própria inflação adicional também terminaria por corroer o crescimento da renda real e da demanda. Na versão radical esse resultado seria muito mais forte na medida em que a proposta supõe afrouxamento fiscal. A proposta radical se-

ria um desastre, e isso ficaria visível em questão de dias.

Quanto às questões estruturais, ligadas ao perfil das exportações, talvez valesse a pena lembrar que as exportações de manufaturados estão crescendo quase 30% ao ano. Dirão os desenvolvimentistas, graças à depreciação do câmbio. Será que a indústria que tínhamos em 1990 daria a mesma resposta? Até que ponto a abertura da economia não ajuda a explicar a capacidade de exportação da economia brasileira, inclusive de manufaturados? Afinal, além de soja e laranja, aço e alumínio, hoje constam dos produtos mais exportados pelo Brasil motores de veículos, aviões e equipamentos de telecomunicações. E não houve ênfase na política industrial do governo FHC, menos ainda a ênfase retórica que hoje se vê.

Há um claro viés asiático nas propostas desenvolvimentistas. Câmbio desvalorizado e política industrial são efetivamente alguns dos ingredientes da política econômica de países como a Coreia do Sul. Mas há diferenças marcantes entre as experiências latino-americanas e asiáticas. Primeiro, as taxas de investimento lá chegam a ser o dobro da nossa. As despesas do governo variam entre metade e dois terços da brasileira. Já a poupança do setor público é do dobro. E desde o início do processo de industrialização, as economias asiáticas mantiveram-se muito abertas ao comércio internacional. Com esses ingredientes, o efeito das políticas ativas, no câmbio e no direcionamento dos investimentos, é completamente diferente.

Voltando ao curto prazo. Enquanto os economistas desenvolvimentistas não levarem mais a fundo suas pesquisas sobre como se comportaria a economia em resposta a suas propostas, quantificando-as da melhor maneira que puderem, os cidadãos viverão sob o espectro desse famigerado "Plano B". Que, se existe, é o segredo de sucesso mais bem guardado do país, que só será conhecido no dia em que seus mestres o aplicarem. Ou então ele simplesmente não existe, salvo na forma abstrata e generalista salpicada aqui ou ali em artigos de divulgação. Se existe, é digno de ser mais debatido, de modo a iluminar o governo e tranquilizar os mais céticos.

**Edward Amadeo** é ex-ministro do Trabalho e sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada.